

**V SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA  
FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2015)**

**LUTA POR DIREITOS:**

a paralisação de estagiárias e estagiários do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em 2014.

Autores: André Vinícius Oliveira Guterres, Elisana da Cunha e Nicolas Braga Fröhlich

Orientador: Prof. Dr. José Rodrigo Rodriguez

Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Classificação temática: Sociologia jurídica

Este estudo investiga a disputa por direitos de estagiários do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), analisando as causas e consequências da paralisação ocorrida em 2014, tendo em vista a percepção desses trabalhadores sobre suas condições de trabalho. No início do mês de novembro de 2014, duas notícias movimentaram o cenário jurídico gaúcho. Primeiro, a notícia do pagamento de auxílio moradia no valor de R\$ 4.377,73 a juízes e promotores e, em seguida, o comunicado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul de que o recesso forense não seria pago aos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário.

A segunda informação foi levada por uma estudante de direito e estagiária ao Centro Acadêmico dos Estudantes de Direito da Unisinos que, a partir dos acontecimentos referidos, convocou estagiárias e estagiários do TJRS para reivindicarem seus direitos, mobilizando-os para atos – em meio ao seu horário de trabalho. Esta pesquisa fará uma análise sobre o processo de mobilização que culminou em paralisações de estagiários, segundo impressões destacadas pelos estudantes envolvidos. Tais análises são fundamentais para que se entenda como se deu a luta por direitos da categoria de estagiários do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul.

Salienta-se ainda que este estudo tem por objetivo analisar a articulação que culminou com a impetração do Mandado de Segurança (proc. nº 70062879986) junto ao TJRS, reivindicando o pagamento do recesso forense aos estagiários e estagiárias vinculados ao tribunal, que foi pago nos anos anteriores. Para isso, propõe-se analisar a tramitação do Mandado de Segurança e as decisões proferidas em seu transcurso, atentos à utilização das ferramentas institucionais para se atingir os direitos pleiteados por este movimento. Sendo assim, este estudo pretende problematizar possibilidades e limites postos pelas instituições sociais na busca por direitos.

As informações centrais da pesquisa serão obtidas através de pesquisa empírica qualitativa. Nessa fase, estagiários serão entrevistados, além de algumas lideranças que articularam os atos e mobilizaram estes trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, serão coletados dados estatísticos junto aos portais eletrônicos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, tais estudos têm como propósito entender as condições de trabalho de estagiárias e estagiários para então compreender os objetivos centrais da mobilização, fazendo coleta de materiais que possam, de alguma maneira, elucidar os motivos que levaram jovens trabalhadores a reivindicarem direitos. Para isso,

será realizada análise documental das matérias veiculadas na imprensa respectivas à paralisação, bem como da integralidade do Mandado de Segurança impetrado. Como resultados provisórios, dado que a pesquisa ainda está em curso, é possível apontar a publicação lançada no portal jurídico “Jota” (jota.info), intitulada “Estágio ou Precarização?”. Além disso, tem-se a atual elaboração de artigos sobre três pontos cruciais da investigação: Análise discursiva dos atos processuais do Mandado de Segurança; Simbologia e representatividade das publicações na imprensa sobre as paralisações; e Cenário preliminar das condições de trabalho de estagiárias e estagiários do TJRS.

Palavras-chave: Direito. Estágio. Paralisação. Estudantes. Juventude. TJRS.